

## POLÍTICA DE PROTEÇÃO PARA A INFÂNCIA

### *I. Introdução*

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é uma instituição científica dedicada à investigação e à formação avançada nas ciências sociais e nas humanidades, através de uma abordagem inter- e transdisciplinar.

Desde a sua fundação, em 1978, o CES tem vindo a realizar investigação para e com uma sociedade inclusiva, inovadora e reflexiva, promovendo abordagens críticas face a alguns dos desafios mais prementes das sociedades contemporâneas. A sua missão é continuar a atrair gerações de investigadores e estudantes de talento excecional no domínio das ciências sociais.

A estratégia científica do CES visa democratizar o conhecimento, revitalizar os direitos humanos e contribuir para que a ciência constitua um bem público. Cumprimos esta missão, reformulando continuamente os nossos campos de investigação em resposta às necessidades da sociedade. O nosso trabalho abrange um amplo espectro de atividades científicas e de extensão, de âmbito nacional e internacional, com especial atenção ao diálogo Norte-Sul e Sul-Norte, contribuindo para o desenvolvimento, divulgação e aplicação de ciência de ponta e para uma investigação e formação avançadas de excelência.

A pesquisa e as atividades de extensão desenvolvidas no CES podem, pontualmente, envolver crianças na qualidade de participantes. Por reconhecer que a proteção das crianças se reveste de particular importância e constitui um dever de todas as instituições que formam o tecido social, o CES adota uma Política de Proteção para a Infância (PPI) com o objetivo de garantir os direitos e liberdades de todas as crianças que venham a participar nas atividades desenvolvidas pelo Centro.

### *II. Política de Proteção da Infância*

O CES reconhece ter um dever fundamental de garantir a proteção de todas as crianças com quem interage, nomeadamente o dever de as proteger de abusos. Este objetivo é atingido através do cumprimento da legislação nacional em matéria de proteção da criança e da observância da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1989.

De acordo com a convenção supramencionada (CDC de 1989) entende-se por criança qualquer ser humano menor de 18 anos.

Esta política é vinculativa para todos os colaboradores do CES, ou seja, para todas as pessoas que trabalham para esta organização, a tempo inteiro ou a tempo parcial e mediante remuneração ou não. Assim sendo, é aplicável a funcionárias/os, investigadoras/es, doutorandas/os, voluntárias/os, estagiárias/os, prestadores de serviços e qualquer pessoa que trabalhe em nome do CES.

## **II.1 Direito à informação e participação**

O CES compromete-se a:

- Valorizar, respeitar e ouvir as crianças;
- Garantir que as crianças que participam nas atividades de investigação e de extensão são informadas e compreendem os objetivos da atividade, e são consultadas sobre o seu interesse em participar nela;
- Proteger o direito das crianças recusarem participar nas atividades propostas;
- Obter o consentimento informado das/os tutoras/es legais das crianças relativamente à participação destas nas atividades de investigação, garantindo que são informados em linguagem clara e acessível sobre objetivos da investigação, metodologia de tratamento dos dados recolhidos, resultados e potenciais riscos da participação;
- Informar as crianças e suas/seus tutoras/es legais da possibilidade de se retirarem da investigação a qualquer momento e sem qualquer consequência;
- Desenvolver atividades dedicadas que fomentem a participação das crianças e que assegurem o seu direito a ser ouvidas e envolvidas em processos de decisão;
- Garantir que a condução de entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e de outras ferramentas metodológicas de investigação se faz em ambientes seguros e propícios à construção de uma relação de confiança entre investigadoras/es e crianças;
- Adaptar as atividades de investigação e de extensão à idade das crianças participantes, assegurando que a informação é comunicada em linguagem simples e clara;
- Assegurar a inclusão e a não discriminação de todas as crianças, independentemente do seu género, raça, nacionalidade, eventuais limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

## **II. 2 Direito ao anonimato, confidencialidade e proteção da imagem**

O CES compromete-se a:

- Garantir a privacidade e proteção da identidade das crianças e suas/seus

tutoras/es legais durante e após a conclusão da investigação, mantendo o anonimato nos materiais escritos que resultem da investigação (ex. relatório, artigos, livros, entradas em blogs ou websites...);

- Assegurar a confidencialidade da informação recolhida em entrevistas, grupos focais, questionários ou através de outras metodologias de investigação;
- Obter consentimento informado das/os tutoras/es legais das crianças nos casos em que se preveja a recolha de imagens das crianças (fotográficas ou vídeo). A informação a prestar deve ser clara quanto aos objetivos da recolha de imagens, meios de disseminação e possibilidade de retirar o consentimento para uso de imagens a qualquer momento e sem qualquer consequência negativa para as crianças e suas famílias;
- Responsabilizar as/os Investigadoras/es responsáveis pela pesquisa/atividades de extensão pela edição do conteúdo de todos os materiais audiovisuais que resultem das atividades desenvolvidas de forma a proteger a imagem das crianças participantes;
- Impedir a publicitação de imagens ou outros materiais audiovisuais que exponham as crianças ou as/os suas/seus tutoras/es legais a situações de vulnerabilidade ou que firam a sua dignidade de alguma forma;
- Dar orientações claras a visitantes, jornalistas, parceiros, financiadores ou outras entidades envolvidas nas atividades do CES para que não publiquem noutros contextos imagens fotográficas ou vídeo de crianças que tenham sido recolhidas em contexto de investigação sem autorização prévia por parte dos órgãos diretivos do CES.

### **II.3 Direito à proteção de situações de abuso**

O CES compromete-se a:

- Partilhar informações sobre questões que suscitem alguma preocupação com os organismos competentes;
- Reportar às autoridades competentes situações de suspeita de qualquer tipo abuso ou violência sobre as crianças envolvidas nas atividades de investigação/extensão.

### **II.4 Aplicação da Política de Proteção para a Infância**

Os órgãos diretivos e científicos do CES (Diretor, Direção, Conselho Científico e Comissão de Ética) são responsáveis pela implementação e monitorização da PPI.

Esta política será sempre que necessário para tomar em consideração eventuais alterações ao quadro legal e regulamentar e assegurar a adoção de melhores práticas.